

**MEC – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACED- DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**As Ciências Sociais na Escola como Instrumento de
Formação de Agentes Transformadores da Sociedade**

Cyntia Kelly de Sousa Ferraz

Fortaleza-Ce
Maio – 2006

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE
FORMAÇÃO DE AGENTES TRANSFORMADORES DA SOCIEDADE

CYNTIA KELLY DE SOUSA FERRAZ

MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A Citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Cyntia Kelly de Sousa Ferraz

MONOGRAFIA APROVADA EM: ____/____/____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira

Orientadora

RESUMO

O presente estudo busca entender e justificar a importância das ciências sociais no currículo escolar do ensino médio, mais especificamente expor sua capacidade de formação de agentes transformadores da sociedade. Para tanto se tornou necessário a compreensão de algumas categorias analíticas básicas que serão abordadas no decorrer do trabalho: diretrizes da educação, a contextualização das ciências sociais e o papel da escola. A pesquisa foi realizada através de bibliografia previamente selecionada. Ao longo da elaboração do trabalho pôde-se perceber o quão urgente se faz a implementação da disciplina de sociologia nas escolas como forma de apoiar o desenvolvimento social, visto as mudanças explícitas nos papéis familiares e a sobrecarga nas escolas, que antes cuidavam do aspecto da educação com o apoio das famílias e agora, principalmente nas camadas mais baixas, se tornou a única referência de educação que muitos jovens recebem. O surgimento dessas novas necessidades ocorre de maneira acelerada no ponto de vista social, que não estabeleceu modelos de comportamentos a serem seguidos nesses casos e principalmente para a classe marginalizada. Dessa forma, percebemos que muito ainda há de ser mudado e aperfeiçoado para a evolução da sociedade de maneira que as transformações históricas que as relações sociais e, conseqüentemente, a família e a escola vem enfrentando não comprometam o convívio social.

Sumário

Introdução.....	4
Capítulo I:	
Ciências Sociais no Ensino Médio: mais de século de luta.....	9
Capítulo II:	
Contextualizando as Ciências Sociais.....	22
Capítulo III:	
A escola Formando Agentes Transformadores da sociedade.....	29
Conclusão.....	38
Referências Bibliográficas.....	40

Introdução

A depender dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), nossa educação seria uma das melhores do mundo, em fina sintonia com os ideais e propostas da Unesco. No entanto, diariamente, que a realidade está muito aquém da teoria.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os PCNs para o ensino médio, volume 4, na página 11, após se referirem aos conhecimentos da história, geografia, sociologia, filosofia, antropologia, direito, política, economia e psicologia, estabelecem que “tais indicações não visam a propor à escola que explicita denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplinas”. E mais adiante, na página 22, afirma que esses conteúdos devem ser “agrupados e reagrupados, a critério da escola, em disciplinas específicas ou em projetos, programas e atividades que superem a fragmentação disciplinar [...]”.

Ora, a LDB, que tem força de lei, não orienta sobre o modo de introdução desses conhecimentos. Já os PCNs deixam em aberto, mas não descartam a possibilidade de organização de disciplinas, que ficaria a critério da escola. É interessante observar, ainda, que tratam num mesmo nível de importância a história, a geografia, a sociologia ou a filosofia. Portanto, afirmar que não deve-se estabelecer as disciplinas de sociologia e filosofia nos currículos escolares por coerência em relação à lei é distorcer as orientações contidas nesses documentos que em nenhum momento proíbem sua implantação. E, lançando mão desse argumento, ele terá que servir também para a história e geografia, o que leva ao ponto inicial. As leis educacionais deixam brechas para interpretações de toda sorte e isso é prejudicial, não só para o aluno, mas para a sociedade como um todo. (MEC, 1.997)

As ciências sociais podem realmente contribuir para o resgate da cidadania na medida em que fornece informações acerca da estrutura e das relações sociais e cria um espaço privilegiado para discussões que nem sempre se fazem presentes na escola. Porém, suas maiores contribuições não estão na “formação

da cidadania” ou numa pretensa “conscientização” do povo alienado a respeito do seu modo de inserção nas relações sociais. “Do ponto de vista dos interesses dominantes não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades”. (Freire, 1996, p. 111)

No caso da sociologia, isso pode ser conseguido por meio de uma tomada de consciência sobre como a nossa personalidade está relacionada à linguagem, aos gestos, às atitudes, aos valores, à nossa posição na estrutura social para que o indivíduo de ontem se torne social, não mais *ele e os outros*, mas ele em meio aos outros. Ensinar sociologia é, antes de tudo, desenvolver um novo olhar no indivíduo. Eis o aspecto humano essencial dessa disciplina.

Ensinar sociologia não se resume a fornecer informações sobre o mundo social. Seja qual for o conteúdo ensinado, ele será sempre um meio para se atingir o fim: o desenvolvimento da perspectiva sociológica, ou seja, o refletir sobre a realidade, ajudando a criar uma visão humanística, analisando, compreendendo e criticando os fenômenos da sociedade. Mais que discorrer sobre uma série de conceitos, a disciplina pode contribuir para a formação humana na medida em que proporcione a problematização da realidade próxima dos educandos a partir de diferentes perspectivas, bem como pelo confronto com realidades culturalmente distantes. Trata-se de uma apropriação, por parte dos educandos, de um modo de pensar diferente sobre a realidade humana, não pela aprendizagem de uma teoria, mas pelo contato com diversas teorias e com a pesquisa sociológica, seus métodos e seus resultados. Nesse sentido, o objetivo do ensino de sociologia - como, aliás, deveria ser o de qualquer ciência - é proporcionar a aprendizagem do modo próprio de pensar de uma área do saber. No caso da sociologia, isso pode ser conseguido por meio de uma tomada de consciência sobre como a nossa personalidade está relacionada à linguagem, aos gestos, às atitudes, aos valores, à nossa posição na estrutura social. Entender esse processo é fundamental para a construção de uma identidade social, formando agentes críticos transformadores da sociedade.

O maior interesse desse estudo é conhecer o papel do ensino da disciplina de sociologia nas escolas públicas estaduais do município de Fortaleza, tendo em

vista que o ensino desta disciplina no Nível Médio tem uma história de idas e vindas desde os primeiros momentos da educação no Brasil Colonial, assim como a disciplina de filosofia. Ainda hoje é discriminada a importância dessas ciências, através de implementação precária e carga horária reduzida pelas próprias leis da educação. Assim, a pesquisa bibliográfica e a abordagem qualitativa tornaram-se exigências de ordem metodológica, pois permitem captar informações mais ricas em seus significados proporcionando uma análise igualmente rica de seus contextos.

Aqui resgata-se e concorda-se com o pensamento de Minayo (1993, p. 90) quando ela afirma:

“Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeira instância, um problema da vida prática. Isto quer dizer que a escolha de um tema não emerge espontaneamente (...) Surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real”.

Neste trabalho pretende-se fazer um resgate histórico da implementação da disciplina sociologia nas escolas brasileiras, mostrando que seu ensino não pode ser considerado como um processo novo – caracterizado pelos temores e polêmicas das novidades – como também este ensino não pode ser reduzido a projetos atravessados ou pendurados em grades curriculares em que os conhecimentos positivisticamente valorizados (ciências exatas, físicas e biológicas) gozem de carga-horárias privilegiadas. Há que se resgatar a importância histórica desta disciplina para a formação de uma sociedade em que a democracia, fundamentada pela educação de seu povo, garanta seu crescimento e estabilidade.

No primeiro capítulo, para melhor compreensão do objeto de estudo, torna-se indispensável examinar o contexto social e histórico em que ele está inserido. Com isso propõe-se apresentar, “a priori”, o processo de implementação da sociologia no currículo escolar brasileiro, dada a importância que esse estudo tem

na problematização do objeto para a melhor apreensão da realidade. Para tanto, será feita uma breve retrospectiva histórica.

Sabe-se que quanto mais ignorante for a juventude, melhor será para as elites que dominam este país há séculos. Fazer com que os jovens reflitam sobre temas tão importantes como a ética, a política, a moral, os costumes, porque existem pobres e ricos, modos de produção, é algo que, no conceito de uma minoria elitista deve ficar restrito a uma parcela de iluminados.

No II capítulo procura-se mostrar que a sociologia faz parte da nossa vida, do nosso dia-a-dia, em, casa, na rua, na escola, no trabalho, seus temas e objetos de estudo são os componentes de nossa própria vida social.

No capítulo III, será discutido a formação de agentes transformadores da sociedade. Usando a idéia de (Freire, 1.996, p.110):

“A educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora, nem apenas desmascaradora da ideologia dominante. “

Esse alerta de Freire (1.996) desperta uma esperança de mudança e a certeza de que por meio de uma ação político-pedagógica pode-se contribuir para a construção de uma sociedade melhor, utilizando o ensino das ciências sociais como ferramenta para essa transformação.

A sociedade contemporânea é marcada pelo fetiche do consumo global, que modela indivíduos homogêneos. As revoluções tecnológicas e a emergência de uma sociedade complexa se traduzem em interesses fragmentados, em individualismo, em insegurança, fatores estes que parecem imobilizar o cidadão, condenando-o a viver num eterno sonho ou prisão.

A educação é fundamental para o desenvolvimento da humanidade, é peça indispensável. E pensar em educação remete à sala de aula, às explicações dos

professores e apresentação de conteúdos, algumas vezes, até bem distantes da realidade do aluno. Mas, onde o homem existir não pode-se afirmar que há estática em alguma coisa. Pois como seres sociais, os homens estão em constante mudança, buscando conhecimentos e assim modificando suas relações. Uma educação de valor procura educar para a vida, contextualizar seus conteúdos, aproximar-se da realidade do educando. E a sociologia, que tem como objeto de estudo o comportamento humano em sociedade tem essa finalidade.

Capítulo I: Ciências Sociais no Ensino Médio: mais de um século de luta

Perguntar sobre o sentido do ensino das ciências sociais é buscar compreender o que ela tem de específico que não é encontrado nas disciplinas de história ou geografia, por exemplo; enfim, perguntar qual sua especificidade em relação às demais disciplinas de humanidades. Essa pergunta não é de fácil resposta e todo pesquisador da área de ciências humanas sabe que as fronteiras entre as suas diversas áreas são bastante próximas. E acrescenta-se a isso o fato de que transformar os saberes científicos em saberes escolares implica um grau de diferenciação entre as diversas disciplinas. A história e a geografia, provavelmente devido à longa tradição no meio escolar, estão bem estabelecidas, possuem um discurso construído sobre a realidade já aceito e amplamente disponível para todos os alunos, professores e comunidade. A sociologia e a filosofia conta com este agravante, ou seja, construir um saber organizado de modo a ser viável sua introdução no nível médio de ensino. É importante ressaltar que as ciências possuem fronteiras dadas, antes de tudo, por divisões políticas internas e, em se tratando de educação, é preciso criar essas diferenças e afirmar uma identidade para as ciências sociais se deseja-se sua re-introdução neste segmento de ensino.

Algumas tentativas de resposta à questão da especificidade das ciências sociais têm sido formuladas atualmente. As contribuições aqui apresentadas não são as únicas, porém pode-se afirmar que as opiniões existentes ou são complementares ou são idênticas.

O sociólogo Tomazi (1.997, p.37) afirmou que:

“(...) se é imprescindível dominar a informática e todas as novas tecnologias para uma colocação qualificada no mercado de trabalho, também se faz necessário, no universo educacional, problematizar a vida do próprio aluno, sua existência real num mundo real, com suas implicações nos diversos campos da vida: ético-moral, sociopolítico, religioso, cultural e econômico. (...) a volta das disciplinas humanísticas – filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, entre outras – tem muito a contribuir com a formação do jovem naquilo que lhe é mais

peculiar: o questionamento. Desmistificando ideologias e apurando o pensamento crítico das novas gerações, poderemos continuar sonhando, e construindo, um país, não de iguais, mas justo para mulheres e homens que apenas querem viver”.

Isto remete à contribuição que a sociologia pode dar para o desenvolvimento do pensamento crítico, não porque teria um conteúdo imprescindível – não deve-se pensar de modo messiânico na sociologia. Nem o pensamento crítico se desenvolve devido à aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo. Como Tomazi (1.997) bem expressou, a sociologia tem a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, pois promove o contato do aluno com sua realidade, bem como o confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre a própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolve-se uma compreensão de outro nível e crítica, de suma importância para a vida em sociedade.

A autora Zorzal (2.000, p:48) observa que “a informação em si é um dado bruto (...)”, o ato de transformar a informação em conhecimento não é uma tarefa simples. Exige capacidade de processamento da mesma. Significa (...) saber o que pode ser feito com os “tijolos de saberes” que o sistema de ensino fornece (...) isto implica em capacidade de raciocínio, de questionamento, do confronto de outras fontes e experiências, enfim, habilidades que são construídas ao observar os mesmos panoramas a partir de diferentes perspectivas. Essa é a habilidade que se adquire por excelência com o estudo das ciências humanas e, em especial, com a sociologia. É da essência deste campo de conhecimento a tarefa de desenvolver o pensamento, sem nenhuma utilidade ou objetivo prático. A preocupação maior está em educar o olhar e processar tanto informações como saberes já produzidos.

Diante do desafio de nosso tempo Zorzal (2.000) questiona a capacidade de desenvolver-se o gerenciamento da informação para que se torne possível a competitividade no mercado global. Mas lembra que a maioria dos países do Leste Asiático superou suas condições e tornaram-se competitivos. Entre os vários fatores que permitiram esse avanço, a autora afirma que se destaca a educação,

segundo sua tese todos construíram sólidos alicerces fundados na boa educação pública estendida a maioria da população. Cabe reforçar que a educação deve dar autonomia e permitir o confronto de diferentes perspectivas, essa é uma das habilidades da sociologia.

O que retém-se dessas reflexões é que o conhecimento sociológico é compreendido como algo que poderá beneficiar o educando à medida que lhe permita uma análise mais crítica da realidade que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, a sociologia constituiria uma contribuição decisiva para a formação da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa dependência em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos. Ou, segundo a socióloga Costa (1.997), o conhecimento sociológico é mais profundo e amplo do que a simples formação técnica, representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta. Para a Costa (1.997) adquirir uma visão sociológica do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o conhecimento sociológico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive. Daí sua importância na sala de aula.

No Brasil, o ensino de sociologia é marcado por um processo pendular de inclusão e exclusão da disciplina no ensino fundamental e médio. Fazendo uma breve análise cronológica, esta história pode ser dividida em três importantes períodos: (1.891-1.941) período de sua institucionalização; (1.941-1.981) período de alijamento (1.982-2.001) e período de retorno gradativo. (Carvalho, 2.004).

A interpretação desses dados torna evidente dois vetores influentes na inclusão ou exclusão da disciplina de sociologia nos currículos escolares: o contexto histórico e social; e o espírito de luta daqueles que acreditam que essa ciência têm um papel importante e intransferível a desempenhar no ensino médio e fundamental do Brasil.

No ano de 1.889, o ideal republicano era latente entre os que assumiram o poder, o sentimento de republicanismo e a necessidade de disseminar no país uma nova idéia de nação, marcam o primeiro período da análise, a

institucionalização, período compreendido entre 1.889 e 1.941. Em 1.891, pela primeira vez no Brasil é proposta na Reforma Benjamim Constant, a disciplina de sociologia no ensino “secundário”.

O Brasil, ainda sob governo provisório, visava implementar a laicização dos currículos de todos os níveis escolares, e ainda, a constituição da identidade do “ensino secundário” como momento de formação básica geral dos adolescentes. A sociologia surge neste momento não só como disciplina indispensável a esses interesses, mas também como uma das disciplinas obrigatórias e responsáveis pela preparação de advogados, médicos, engenheiros, arquitetos (cursos intitulados complementares) e professores (curso normal). A implantação da sociologia nesse período é fundamentada pela crença em seu pensamento renovador por parte daqueles que eram os responsáveis pelos projetos pedagógicos nacionais, e também pela convicção, por parte daqueles que lutaram pela sua institucionalização de que a sociologia teria muito a contribuir para o desenvolvimento em seus jovens estudantes, contribuindo para que a juventude pudesse estar mais bem preparada para refletir e analisar a realidade da sociedade em que vive.

O segundo período tem suas configurações determinadas pelo regime ditatorial que se inicia com a decretação do Estado Novo em 1.937, e pelo autoritarismo militar instaurado pelo golpe de 1.964. Em 1.941 a Reforma Capanema retira a obrigatoriedade das ciências sociais nos cursos secundários, afora o curso normal. Fato que demarca o início do segundo período. A Lei Orgânica do Ensino, vulgarmente conhecida como Reforma Capanema, em nada contribuiu para a mudança do ensino secundário, apenas reforçou, através da manutenção dos exames rígidos e seletivos, o papel antidemocrático do ensino brasileiro. No entanto, no campo do ensino profissional houve alguma alteração a ser considerada: foram criados dois tipos, um mantido pelo sistema oficial e outro, paralelo, mantido pelas empresas; além disso, surgem o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

A reforma Capanema enfatizou o dualismo do ensino brasileiro, sobrepondo a educação tecnicista e alijando a educação para o refletir. Assim, tanto na ditadura Vargas quanto na ditadura militar, foram utilizados mecanismos pedagógicos semelhantes, até porquê, seus objetivos eram os mesmos, onde podemos resumir como: formar indivíduos com espírito de patriotismo e civismo, fortalecendo o culto da obediência à lei, sem noção do direito de ser cidadão, já que a esse termo atribui-se a consciência dos direitos e deveres e participação ativa na vida em sociedade.

O período anterior, de 1.946 ao princípio do ano de 1.964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Neste período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações. Neste período atuaram educadores do porte de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão, Armando Hildebrand, Pachcoal Leme, Paulo Freire, Lauro de Oliveira Lima, Durmeval Trigueiro, entre outros.

O cenário da educação brasileira começava a apresentar pequenas mudanças, reflexos de ações positivas para o crescimento no grau de escolaridade da nação brasileira. Pensava-se em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região.

Para erradicar o analfabetismo foi criado o [Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL](#). Aproveitando-se, em sua didática, no expurgado Método Paulo Freire, o MOBRAL propunha erradicar o analfabetismo no Brasil. O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabe-se que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem. Não é analfabeto aquele que sabe ler e escrever, esse modo de pensar vai em contradição com os princípios da sociologia, esse cidadão é o

famoso “analfabeto político”, a quem Bertold Brecht se inspirou para criar esse poema:

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.”

A educação que o povo brasileiro recebeu no período da ditadura tinha o objetivo de formar esse tipo de cidadão a quem o poema se refere.

A Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1.967, foi criada propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida" Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, numa redundância, como humana (como se a pessoa pudesse não ser humana!), vê-se que o objetivo do MOBRL relaciona a ascensão escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida.

Os anos de 1.964 a 1.985, podem ser definidos com sendo o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão, opressão e perseguição aos que eram contra o regime militar. E isso refletiu negativamente sobre a educação brasileira. Depois do golpe militar de 1.964 muitos educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns outros se

exilaram, outros se recolheram a vida privada e outros, demitidos, trocaram de função.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos, feridos, nos confrontos com a polícia, e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o [Decreto-Lei 477](#), de 26 de fevereiro de 1.969, calou a boca de alunos e professores; o Ministro da Justiça declarou que "estudantes tem que estudar" e "não podem fazer baderna". Esta era a prática do Regime.

É no período mais cruel da ditadura militar, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, muitas vezes pela violência física, que é instituída a Lei 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1.971 a característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante. Dentro do espírito dos "slogans" propostos pelo governo, como "Brasil Grande", "ame-o ou deixe-o", "milagre econômico", etc., planejava-se fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

Desta forma, o papel da ciência na formação dos jovens brasileiros neste período deveria ser somente o de possibilitar o domínio de técnicas para a melhoria do processo de trabalho, e não o domínio de técnicas de pesquisa para a investigação da realidade social brasileira. Assim como o Estado Novo, o governo militar também usou a propaganda para exaltar o regime, por meio de canções populares. Em contrapartida, com o aumento da repressão, multiplicavam-se as músicas de protestos. O acirramento da censura fez com que os compositores procurassem disfarçar suas mensagens. Chico Buarque de Holanda, utiliza figuras de linguagem para tecer críticas ao Estado autoritário do período da ditadura, muitas canções de protesto se tornaram símbolo dos oprimidos pelo sistema.

A idéia difundida pela Escola Nova na década de 20, de que as ciências sociais no ensino "secundário" serviria para a formação de indivíduos com capacidade de questionar, investigar e compreender a realidade social foi,

decerto, o grande motivo para que as autoridades educacionais dos regimes ditatoriais decidissem pela sua exclusão. A ditadura militar é um dos acontecimentos mais marcantes da história recente do Brasil. Houve centenas de mortos, torturados, casas invadidas, entre muitas outras violações dos direitos humanos. Não por acaso o fato é lembrado em músicas, peças de teatros, livros, entre outros.

Assim fica claro que as ciências sociais no período ditatorial era, para as autoridades, mais do que desnecessária, era impertinente, indesejável.

Embora neste período a sociologia e a filosofia tenham se ausentado, os trabalhos para sua reinserção no ensino médio não cessaram. Em 1.949, no Simpósio “O Ensino de Sociologia e Etnologia” seu retorno foi defendido por Antônio Cândido. E em 1.955, no Congresso Nacional de Sociologia Florestan Fernandes discute as possibilidades e os limites da sociologia no ensino médio.

O último período da análise traz algumas curiosidades. Permanece a luta pelo retorno, definitivo, na forma de disciplina obrigatória, indispensável, da sociologia e filosofia no ensino médio. E com sensatez, exclui-se a idéia de “diluição” dos conteúdos de ambas ciências em outras áreas do saber tais como a história e a geografia, disciplinas que se entende ser tão indispensáveis quanto a sociologia e filosofia, mas têm suas próprias especificidades. Não se preconiza a fragmentação do conhecimento, muito pelo contrário, acredita-se não só na importância, mas nas possibilidades da interdisciplinaridade e do trabalho transversal dos temas-pilares seja da LDB, seja dos PCNs, seja da UNESCO, que têm por fim, o exercício pleno da cidadania, direito de todos. Contrários a fragmentação, a luta é marcada pela tentativa de se oferecer aos educandos um ensino de boa qualidade, e pelo desejo de garantir de modo institucional enquanto cientistas sociais e por meio da educação, uma cota de contribuição direta, empregando os conceitos, métodos e tecnologias que são específicos às Ciências Sociais, no processo de formação social do Brasil.

Contextualizando alguns fatos, com a abertura democrática intensificaram-se as lutas pela sociologia e filosofia no ensino médio, e importantes vitórias foram alcançadas. Em 1.982, a Lei 7.044 de 18 de Outubro torna optativa para as

escolas a profissionalização no ensino médio. Vale ressaltar que em 1.971 a Reforma Jarbas Passarinho tornou o ensino médio profissionalizante, e retira a obrigatoriedade das referidas ciências na formação de professores, acabando assim com qualquer possibilidade de atividade docente nesta área naquele período histórico. Em 1.986, a secretaria de educação do estado de São Paulo, realizou concurso público para admissão de professores de Sociologia, fato que resultara de toda uma movimentação que ficou marcada pela mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta Pela Volta da Sociologia ao 2º Grau” em 1.983, promovida pela Associação dos Sociólogos. E ainda, em Minas Gerais, a Universidade Federal de Uberlândia incluiu, em 1.997, a sociologia, a filosofia e a literatura como disciplinas constantes tanto do vestibular tradicional como do PAIES (Programa Alternativo de Ingresso no Ensino Superior). Outras vitórias, não menos importantes, também vieram, caso do Rio de Janeiro (1.989), Distrito Federal (1.985), Pará (1.986), Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros estados, em que a disciplina de sociologia passou a constar em seus currículos escolares. (Carvalho, 2.004)

As mencionadas curiosidades ficam por conta de que hoje, não mais vive-se sob um regime autoritário, mas democrático, que não necessariamente significa liberdade, visto o quê caracteriza propriamente a democracia não é a liberdade, mas o sufrágio. Já teve no poder não um déspota ditador, mas um sociólogo, que não obstante, já entrou para história política do Brasil como o Presidente que mais lançou mão de medidas provisórias, uma das heranças do período ditatorial. Muito embora seja possível relatar uma série de curiosas contradições, procurar-se-á, para manter o foco da análise, em recordar apenas aquela que mais interessa nesse estudo, o veto ao projeto de lei que tornaria obrigatória as disciplinas de Sociologia e de Filosofia no ensino médio. Veto este, que se baseou em inconsistentes argumentos tais como a falta de profissionais e o custo da medida.

Não querendo ser saudosista ou fazer comparações desnecessárias, não esquecendo o otimismo, recordando as batalhas travadas por ícones das Ciências Sociais. Durkheim, imortalizado por obras que são, sem dúvida alguma, ícones para os estudantes de sociologia, lutou intensamente pelo espaço que hoje esta

dispõe no meio acadêmico e científico. Sua principal obra, “As Regras do Método Sociológico”, é o seu trabalho mais importante, pois estabelece as regras que devem ser seguidas na análise dos fenômenos sociais. Num período histórico não muito favorável, Durkheim (2.002, p.11) foi arrojado. De uma só vez, descreveu o método, e definiu a sociologia como sendo um modo de pensar que se declara disposto a penetrar o desconhecido, e afirma que o “objeto de qualquer ciência é descobrir, e qualquer descobrimento desconcerta mais ou menos as opiniões estabelecidas.” Ressalta a obrigatoriedade de nos afastarmos das “pré-noções”, e de nos despedirmos das nossas habituais maneiras de pensar, sentir e agir. O método sociológico, conforme Durkheim, é esse ponto de vista disciplinador, é exilar-se de si mesmo. Nas décadas de 20 e 30, personagens como Gilberto Freire, Fernando de Azevedo, Delgado de Carvalho, Roger Bastide, Donald Pierson, Carneiro Leão, também lutaram e foram vitoriosos, neste caso, pela introdução da sociologia no ensino secundário e normal e pela mobilização favorável a fundação dos cursos superiores de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal. É válido lembrar que atualmente êxitos consideráveis também foram realizados. E é muito importante perceber a presença de associações, de grupos de trabalho, de colegiados, de alunos, de professores, de políticos e demais interessados nesta luta. (Carvalho, 2.004).

Sem a intenção de discutir questões ideológicas, ou de defender ou criticar a validade de quaisquer métodos. Tem-se apenas a intenção de trazer a memória, que as lutas, fazem parte da história das ciências sociais, e suas vitórias, estão descritas em muitas de suas páginas. A luta de hoje é tão honrosa, quanto outras que passaram, e com certeza, quanto outras que virão. Com certeza foi um grande golpe o veto por parte do nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Muitos ressaltam a contradição de um sociólogo vetar a inclusão da sociologia no ensino médio, e têm razão, pois embora a contradição seja uma força propulsora e pertinente às ciências sociais, é também traço marcante o seu caráter discursivo, e nos estranha não no Presidente, mas no sociólogo, tamanha pobreza de argumentos. É difícil decidir o que é pior, se acreditar que realmente

se trata de debilidade na construção e verbalização dos motivos que levaram ao veto, ou se o que vimos representa nada menos que o mais completo descaso.

Tornar obrigatório o ensino das ciências sociais no ensino médio, é tão importante quanto sua legitimação por parte da sociedade, outro desafio que gradativamente vem sendo superado. Mais do que ornamentações pedagógicas, a docência destas disciplinas vem para contribuir de modo específico e peculiar junto às demais disciplinas para construção de uma sociedade reflexiva, investigadora de seu meio, e capaz de problematizar sua própria realidade. Decerto não só é possível, embora não simples, mas imprescindível, apresentar aos educandos esse “modo de pensar, de sentir e de agir”. Não se trata de querer formar cientistas sociais no ensino médio, muito menos no fundamental. No entanto o que se tenta não é nada impossível ou utópico, pois as ciências sociais não têm a pretensão de ser salvação da pátria. As intenções não são tão ambiciosas, ou absurdas. Busca-se somente, empregando seus conceitos e métodos apenas facilitar e possibilitar ao educando, que ele consiga despertar em si mesmo um novo foco de seu próprio meio, e daí exercitar o início de um pensamento crítico e reflexivo que o leve a perceber em alguns antes pequenos detalhes, fatos ou frases, as contradições, as desigualdades, a realidade a sua volta e que assim ele possa se perceber em seu grupo, como parte deste grupo, se compreender e compreender as diferenças, busca-se não mais que favorecer a cidadania, a tolerância, a coesão e o desenvolvimento social. Recorremos aqui a obra poética de Bertolt Brecht (2.003), escrita contra Hitler e o nazismo, que não é só um protesto contra as injustiças sociais, contra os atentados à liberdade. É também uma corajosa mensagem de confiança histórica na ação transformadora dos homens que lutam por um destino melhor, em seu poema “Nada é impossível de mudar”, Brecht nos envia uma mensagem simples e clara, que no próprio título já fica evidente e que podemos associar aos objetivos das ciências sociais na sala de aula e ao, mesmo tempo, o motivo pelo qual essas disciplinas ainda são discretamente alijada do cenário da educação brasileira.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Nesse poema Brecht nos fala sobre uma luta longa e difícil, que só terá fim quando não mais existirem classes sociais diferentes. A história de amanhã que se tenta escrever hoje, é a de uma comunidade unida, justa, de uma sociedade que compreende suas diferenças, que é capaz de enxergar, entender seu meio, que luta por seus ideais próprios de progresso, pela cidadania, e contra a violência, a aculturação, o individualismo e o etnocentrismo. As ciências sociais vêm com o simples intuito de trabalhar, junto às demais disciplinas, para o desenvolvimento do educando, e da comunidade. Para alcançar o que se almeja não há truques, e nada acontecerá por encanto. A luta deve prosseguir, e o futuro do país agradece.

Capítulo II: Contextualizando as Ciências Sociais

As ciências sociais têm vários temas que poderiam contribuir para o entendimento da complexidade do mundo atual. Esses temas são dinâmicos, pois são passíveis de mudança resultantes da ação do homem que, por sua vez, é influenciado pelo meio em que vive.

É importante esclarecer que um dos objetos de estudo das ciências sociais é o próprio conflito da vida em sociedade. Desta são gerados os temas cotidianos, que afetam a todos, daí a importância de serem trabalhados na escola.

Um dos grandes temas, sem dúvida, é a violência. Outro é a degradação ambiental - não só os grandes temas globais, como as mudanças climáticas, biodiversidade, entre outros, mas também temas que perpassam nosso cotidiano, como, por exemplo, o uso dos recursos hídricos, poluição atmosférica, poluição sonora, resíduos sólidos, dentre outros. Isso também está relacionado com ocorrência da violência. São temas totalmente transversais e interligados. Há também a preocupação com a mundialização e globalização, assim como a questão da educação do indivíduo para viver em sociedade.

As ciências sociais têm um compromisso com o desvendamento das aparências sociais. O que vemos hoje é um mundo muito mistificado, muito mascarado, em que temos um avanço cada vez maior do capitalismo, que se generaliza por todo o globo e que transforma tudo em mercadoria. Paradoxalmente, quanto mais esse sistema capitalista se difunde e se expande, mais difícil e enevoado se torna reconhecer sua estrutura e seu funcionamento. Uma das tarefas da sociologia é ajudar a desmascarar esse mundo que aparece cada vez mais com menos clareza para os agentes sociais.

A rigor, as ciências sociais sempre enfrentaram desafios, na medida em que são disciplinas diretamente conectadas à compreensão das situações sociais

e coletivas. Como a sociedade muda muito, sempre são impostos novos desafios, por isso podemos dizer que os desafios são permanentes.

Para as ciências sociais, não basta dizer que tem um conjunto de problemas novos na sociedade que impõem um desafio para a reflexão. Isso só é de fato constituído para a reflexão na medida em que se formula aquela questão social como um problema de reflexão e de investigação. Isso envolve a formulação de um problema, não é uma relação imediata do cientista social com os problemas da sociedade. Há uma infinidade de questões, já que vivemos um mundo muito agitado, que caminha para uma convivência cada vez mais complexa e difícil. Basta ver o que acontece no panorama nacional: isso já é um desafio bastante evidente. O primeiro deles é a vulnerabilidade da convivência social nas grandes cidades; são as questões sociais cada vez mais agudas. Todos sabem que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. As causas são profundas e se ligam a problemas que vêm de longe - mais internos do que externos. Destacamos a educação de má qualidade, a falta de acesso à terra, às discriminações sociais e vários outros fatores que são de nossa responsabilidade.

O Brasil tem hoje um conjunto de problemas a ser solucionado - a corrupção (e não só dos políticos), a fome, a educação de má qualidade e difícil acesso, mas principalmente, a desigualdade social. Porém, como encontrar a solução? As ciências sociais não têm a resposta pronta, como se fosse uma equação, trata-se com indivíduos, onde tudo pode mudar o tempo todo e a qualquer hora, a mercê de influências e estímulos. No entanto a sociologia pode fornecer subsídios para a investigação desses conflitos e, uma vez diagnosticados, sem dúvida fica bem mais fácil de tratá-los, sabendo de onde vieram e o porquê, com se desenvolvem, seus pontos fortes e vulnerabilidades.

Os problemas sociais são frutos das ações humanas e o modo de agir é determinado pelo grupo social ao qual o indivíduo pertence, então como nesta convivência, define-se identidade e peculiaridades? O comportamento de indivíduos enquanto seres socialmente influenciados, mostra como se forma a concepção de mundo, a vinculação à linguagem que aprende-se e aos valores que assimila-se. Discutindo o desenvolvimento da consciência social na escola, as

ciências sociais podem ajudar a compreender o que transforma os indivíduos em agentes da história de sua sociedade.

Importante observar o fato da sociedade brasileira passar quase que da condição de uma sociedade iletrada para a convivência imediata com um sistema de indústria cultural. Quando se fala em indústria cultural, é importante destacar que ela é fruto de uma sociedade capitalista industrializada, onde até mesmo a cultura é vista como produto a ser comercializado. Pode-se dizer que é tudo o que é produzido pelo sistema industrializado de produção cultural (TV, rádio, jornal, revistas, etc.) elaborado de forma a influenciar, aumentar o consumo, transformar hábitos, educar, informar, pretendendo-se ainda, em alguns casos ser capaz de atingir a sociedade como todo, através do consumo, ditando regras e normas. Através dessa cultura de massas, os indivíduos são levados à um processo no qual não meditam sobre si mesmo e sobre a totalidade do meio social a seu redor, transformando-os com isso em mero brinquedo e, afinal, em simples produto para alimentar o sistema que os envolvem. (Chauí, 2.001)

A televisão, por exemplo, ocupou um espaço quase integral na nossa sociedade. E isso deve ser indagado. É uma coisa se você tem um telespectador com condições de julgamento - fruto de uma sociedade que sedimentou um certo tipo de cultura. Pois assim ele poderá ver além do véu e elaborar sua própria opinião acerca das mensagens enviadas. Mas quando existe uma sociedade que vive sob uma cultura de carnaval e entretenimento quase desvairado como acontece no Brasil nos últimos tempos, isso tem outro significado. Há uma pluralidade de questões muito grave na sociedade brasileira. (Chauí, 2.001)

Um outro desafio diz respeito à ciência social aplicada - de que maneira a sociologia pode continuar sendo um instrumento de apoio àqueles que lutam pela transformação social, a partir do conhecimento da realidade que esta mesma sociologia permite identificar?

A função da sociologia, nessa perspectiva, seria a de detectar e buscar soluções para os problemas sociais, restaurando a normalidade social e se convertendo dessa forma numa técnica de controle social e de manutenção do poder vigente. (Martins, 1.994).

Sabe-se que a sociedade humana é um conjunto de pessoas ligadas pela necessidade de se ajudarem umas às outras, a fim de que possam garantir a continuidade da vida e satisfazer seus interesses e desejos, é a organização política. Sem a vida em sociedade, as pessoas não conseguiriam sobreviver, pois o homem é um ser social e tem a necessidade de buscar novos conhecimentos, constituir família, interagir. E no mundo moderno, com a grande maioria das pessoas morando nas cidades, com hábitos que tornam necessários muitos bens produzidos pela indústria, vivendo num sistema individualista, que educa para o materialismo, não há quem não necessite de outros muitas vezes por dia.

No entanto as necessidades dos seres humanos não são apenas de ordem material, como os alimentos, roupa, moradia, meios de transporte e os cuidados de saúde. Elas são também de ordem espiritual e psicológica. Toda pessoa humana necessita de afeto, precisa amar e sentir-se amada, quer sempre que alguém lhe dê atenção e que todos a respeitem. Além disso, todo ser humano tem suas crenças, tem sua fé em alguma coisa, que é a base de suas esperanças.

Os seres humanos não vivem em sociedade apenas porque escolheram esse modo de vida, mas porque a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana. Assim, por exemplo, se dependesse apenas de vontade, seria possível uma pessoa muito rica isolar-se em algum lugar, onde tivesse armazenado grande quantidade de alimentos. Mas essa pessoa estaria, em pouco tempo, sentindo falta de companhia, sofrendo a tristeza da solidão, precisando de alguém com quem falar e trocar idéias, necessitadas de dar e receber afeto. E muito provavelmente ficaria perturbada se continuasse sozinha por muito tempo.

Mas, justamente porque vivendo em sociedade é que o ser humano pode satisfazer suas necessidades, é preciso que a sociedade seja organizada de tal modo que sirva, realmente, para esse fim. E não basta que a vida social permita apenas a satisfação de algumas necessidades da pessoa humana ou de todas as necessidades de apenas algumas pessoas. A sociedade organizada com justiça é aquela em que os benefícios e encargos são repartidos igualmente entre todos, protegendo todos os indivíduos.

Para que essa repartição se faça com justiça, é preciso que todos procurem conhecer seus direitos e exijam que eles sejam respeitados, como também devem conhecer e cumprir seus deveres e suas responsabilidades sociais. Mas onde aprender essa lição? Respeitar o próximo é a mais importante das atitudes humanas e também a mais difícil de se apreender. A educação é a responsável por esta função.

Sabe-se que a educação têm duas faces: aquela que é dada em casa, através da família, do relacionamento com o grupo mais velho e a outra que é completada pela escola. Cita-se aqui duas importantes instituições sociais com um objetivo comum: educar. Podemos dizer que “instituição é o conjunto de normas que regem a padronização de um determinado hábito na sociedade e que garante sua reprodução” (Lakatos e Marconi, 1.999, p.168). A escola, ao lado da família, é responsável pela transmissão das normas e valores de caráter mais geral, necessários à inserção do indivíduo na sociedade.

Busca-se explicar o insucesso dessas instituições, entender por quê a família e a escola não conseguem alcançar o objetivo de “educar para vida”, ajudar os jovens a descobrirem que precisamos uns dos outros para viver melhor, que todos temos os mesmos direitos e deveres, que somos iguais, mas com costumes, crenças e raça diferentes.

O grupo familiar tem sua função social e é determinado por necessidades sociais, deve garantir o provimento das crianças, para que elas futuramente exerçam atividades produtivas para a própria sociedade, e deve educá-las, para que elas tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem. Pois é a partir da percepção do meio social e dos outros, que o indivíduo vai organizando informações e desenvolvendo uma predisposição para agir (favorável ou desfavoravelmente) em relação às pessoas e aos objetos presentes no meio social. São essas atitudes que possibilitam uma certa regularidade na relação com o meio, norteiam o comportamento como membro de um determinado grupo social, aprendendo seus códigos, suas normas e regras básicas de relacionamento, apropriando-se do conjunto de conhecimentos já sistematizado por um determinado conjunto social. É esse processo de socialização o

responsável por transmitir ao indivíduo, inculcar em sua mente os padrões culturais da sociedade. É o processo social mais global.

Na estrutura social, a família tem a função de inserir o indivíduo na sociedade, e daí sua importância. E por essa função ser estratégica para a sociedade, é exercido um grande controle para que a família cumpra adequadamente seu papel. Isso significa que a família é controlada para poder controlar, é uma forte transmissora de valores ideológicos.

O controle social funciona como o maior instrumento de socialização, é a forma pela qual a sociedade impõe os valores do grupo aos seus membros, para evitar que adotem um comportamento divergente. Seu principal objetivo é fazer com que cada indivíduo tenha o comportamento socialmente esperado, daí conta com o auxílio de normas, estabelecendo valores que servem de modelos para a sociedade. Existem conceitos amplamente importantes que funcionam como formas de controle social. Política, ética, cidadania e cultura são alguns que estão carregados de valores e mensagens que nos orientam para viver em harmonia na sociedade. São mecanismos de controle social.

Sendo política uma relação de poder e ética um conjunto de valores, enquanto “cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade” (Oliveira, 2.001, p. 55). A cultura é a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo.

Importante ressaltar que a aquisição e perpetuação desses valores são um processo social, não biológico, resultado da aprendizagem, seja ela formal ou informal. Cada sociedade transmite às novas gerações o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados e essa transmissão se dá através da educação, que é dada prioritariamente pela família e completada pela escola.

A família é uma instituição social básica, ela constitui a estrutura da sociedade. São várias as funções da família. Na maioria dos casos, ela desenvolve funções educativas visto que transmite considerável parte da cultura social à nova geração. As funções reprodutivas tornam-se secundárias se comparadas com as funções econômicas e sociais. “A família, no capitalismo, deixou de ser uma unidade de produção, na medida em que se tornou a esfera

privada da vida social.” (Carvalho, 2004, p. 42) Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação. Há muitas mudanças nos padrões de convívio familiar que afetam as relações internas da família. Entre eles, podem ser citados: separação do casal; abandono dos filhos; ausência dos pais; vícios dos pais (drogas, álcool); sexualidade precoce; violência familiar; imaturidade do casal; empobrecimento da população; desemprego; falta de moradia.

Em face das circunstâncias econômicas em que vivem as famílias, muitas estão deixando a educação formal e informal por conta da escola. Nem a educação de base é dada, por vários motivos como falta de tempo, de consciência ou de capacidade. As famílias já não querem assumir a responsabilidade dos ensinamentos, preferem que a escola cuide da educação total. Desse modo, cabe às escolas assumir todo o processo educacional. Mas, quais os recursos humanos necessários? A escola está preparada para essa função?

Assim como a família, a escola tem um papel conservador, pois também é responsável pela reprodução de normas e valores sociais e, conseqüentemente, mantenedora do contexto social, é o que procuraremos enfocar no próximo capítulo.

Capítulo III: A escola formando agentes transformadores da sociedade

Considerando a educação uma construção histórica e social da sociedade, cuja função é indispensável na vida do indivíduo, e considerando também o ensino médio como um dos ciclos mais decisivos para a definição da carreira acadêmica que o aluno seguirá, ou mesmo se esse passo será realizado, destaca-se a importância de entender a realidade do ensino médio, principalmente no Estado do Ceará, considerando as diferenças entre ensino público e privado.

O ensino médio, como o próprio nome já diz, está no meio, é um intermediário entre o ensino fundamental e o superior. E revela a extrema importância de um sistema educacional planejado coerente e harmoniosamente, dada sua interligação de níveis e etapas. De acordo com a LDB, Art. 35, Inciso III, o ensino médio tem como uma de suas finalidades “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.”

Sabe-se que na prática não é dessa forma que as coisas ocorrem, pois geralmente não há um aprofundamento dos conhecimentos e sim um descarga de informações, por vezes desconexas que levam o aluno à dúvidas e incertezas sobre o conteúdo estudado. Vale salientar que os alunos chegam ao ensino médio sem uma base concreta, principalmente na escola pública, o objetivo é um só: passar no vestibular enquanto outros dão graças por terem “terminado” os estudos. Como pode onze (11) anos de estudo ou mais, se resumirem a isso?

Como não há lugar para todos, é lógico que muitos jovens não irão conseguir seu objetivo. Muitos nem mesmo terminarão seu processo de escolarização obrigatória. É necessária uma boa justificativa para esse fracasso da agência socializadora e de seu patrocinador, o Estado capitalista. E assim a culpa recairá sobre o próprio estudante, que será considerado incapaz e responsável por seu fraco desempenho.

Mas, apesar de seu papel conservador na nossa sociedade, a escola apresenta contradições. Como um dos valores básicos da sociedade capitalista é a liberdade individual (mesmo que isso não ocorra, o valor permanece como ideologia), a escola não pode impor valores ao indivíduo. Quanto à seletividade, é na escola que a criança começa a ser classificada. No interior da família ela não tem modelo de diferenciação social. Mas na escola ela conhece aqueles que possuem mais ou menos coisas que ela, seu desempenho também é marcado por uma desigualdade: ela é mais, ou menos inteligente. Esses fatores dão base para o entendimento da seleção dos mais aptos feita em nossa sociedade. Atribui-se ao indivíduo toda a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, sem levar em consideração as condições objetivas que determinam o resultado.

A situação do ensino médio deixa muito a desejar, não só no Ceará, mas em todo o Brasil, sendo principalmente em toda região Nordeste. As promessas políticas, as leis e os planejamentos do governo expressam os mais belos modelos de escolas e o excelente nível de ensino que o povo merece, mas ao dar um olhar mais atento sobre a realidade nessas escolas, especificamente, na pública vemos o quão distante a realidade está do ideal planejado. Mas a quem deve-se atribuir essa questão?

A dubiedade da resposta se equivale a dubiedade do ensino. Enquanto à primeira podemos atribuir a políticas públicas que tratam a situação com descaso, e em segundo lugar, ao povo que é omissos e acomodado, filho desse sistema. Vale ressaltar que na escola pública, os alunos representam um índice para as autoridades cumprirem suas metas junto a órgãos internacionais e fazerem propaganda política, sendo que na prática, a quase totalidade desses alunos recebem um tipo de educação precária, não preparando-o para a vida. Na escola privada o aluno é treinado para passar no vestibular, enquanto o aluno carente é desacreditado e desestimulado pelo próprio corpo docente, colegas e família. Esse fato envolve muitas questões, como as dificuldades de aprendizagem, o relacionamento com o país. Enquanto na escola pública, a maioria dos alunos não construíram uma base de ensino, muitos mal sabem escrever, ainda enfrentam outros problemas, como a falta de uma alimentação adequada, problemas de saúde (verminoses, oftalmológico, audição, dentre outros), gravidez, precisam lidar ainda com as péssimas instalações físicas e a falta de material didático, a apatia dos outros alunos e descaso das autoridades.

Os alunos de escolas privadas enfrentam a ausência dos pais e a enxurrada de conteúdos, são moldados para reproduzir a sociedade em vigor, aprendendo a agir de forma competitiva e individualizada. Sabem que a meta é passar no vestibular num curso que possua status, como direito ou medicina. O vestibular é visto como um passaporte para a vida adulta. Além disso há o crescente número de cursinhos pré-vestibulares, além de cursos direcionados para concursos públicos. É difícil acreditar que tantos alunos, após mais de uma década de estudos se submetam a “intensivões” para passar numa prova. Ao

observar essa “indústria do ensino”, surgem algumas questões: por que existe tanta demanda para esses cursinhos? O quê aprende-se na escola? Por que, após anos de escola, a grande maioria dos alunos temem o vestibular?

Ocorre que para responder essas perguntas, precisamos analisar criticamente o papel da escola, do Estado, da sociedade como um todo. Não pode-se, nem deve-se atribuir responsabilidades, sem antes fazer uma breve retrospectiva histórica sobre como se deu a educação no Brasil, pois assim é possível entender, com maior facilidade o que proporcionou tantos problemas no ensino da atualidade.

A educação no Brasil, primeiramente se deu de forma religiosa, era com o objetivo de catequisar os índios que a Companhia de Jesus desembarcou no Brasil para “educar” os povos rebeldes, ou seja, aculturar. Como o Brasil era um país colônia, os nobres refletiam os costumes europeus e seus filhos eram enviados à Europa a fim de estudar artes, filosofia, música, dentre outros. É importante ressaltar que às mulheres não era permitido esse avanço, só era permitido a alfabetização para ter o acesso a educação religiosa e entre os homens, o primogênito não podia se dedicar aos estudos, já que seria ele quem assumiria o lugar do pai, cabia então ao segundo filho em diante o gosto pelos estudos, já que não tinham um destino social traçado. Verifica-se assim, como a educação era diferenciada conforme a classe social e o sexo, há 500 anos a educação era elitista e dual, e essas raízes influenciam até hoje. “Somos frutos de uma educação tradicional que nos ensinou e que nos formatou de acordo com os padrões hoje reconhecidos como até mesmo arcaicos” (Perrenoud, 2002, p. 168).

Apesar do transcurso histórico destes 500 anos, ainda há muito a evoluir nas questões educacionais brasileiras, que mantêm inconsistência entre a legislação (os ideais registrados nas leis) e a prática (o contexto real). As inovações e reformulações não melhoraram na proporção esperada a qualidade do ensino em todo o território nacional; o ensino básico ainda não recebeu o tratamento desejado/adequado com relação à aplicação das verbas da educação.

Sabe-se que esse quadro é passível de mudança, muito já foi melhorado, mas ainda há muito o que fazer pela educação, pois só através da educação

pode-se mudar positivamente a sociedade e conseqüentemente nossas vidas. Vale ressaltar que quando a palavra educação é utilizado lhe é atribuído um teor crítico, de consciência política, sócio-cultural. Não desmerecendo de todo o formato do ensino atual, mas salientando a necessidade da formação do cidadão, do aprender a ser.

Depois da família, a escola é a instituição que participa cada vez mais cedo da vida das crianças, trabalhando com ênfase no desenvolvimento dos saberes escolares e na formação de valores. Para os jovens, a escola deve propiciar vivências que orientem para o presente e para o futuro. É um espaço de relações humanas, de construção de modelos, de reflexão e experiência. Sendo assim, a instituição de ensino é fundamental no desenvolvimento de valores como a solidariedade e a cidadania. E o professor tem a responsabilidade de mediar os conhecimentos veiculados e produzidos no mundo, devendo desenvolver competências e habilidades para dinamizar o processo de aprendizagem dos alunos com vistas a integrá-los cada vez mais nessa realidade, com o comprometimento de diminuir as desigualdades de acesso à informação e ao conhecimento. Conforme Perrenoud (2.002), o professor deve possuir como posturas fundamentais: a prática reflexiva e a implicação crítica.

“A prática reflexiva porque, nas sociedades em transformação, a capacidade de inovar, negociar e regular a prática é decisiva. E a implicação crítica porque as sociedades precisam que os professores envolvam-se no debate político sobre a educação (...)” (Perrenoud, 2.002, p.15)

A atuação do professor deve acontecer no sentido da construção de uma nova consciência, consolidando uma cidadania ética e solidária. Os valores humanos são as peças-chave no desenvolvimento dessa consciência, direcionando a postura a ser construída por cada indivíduo. Portanto, a aprendizagem insere-se num contexto complexo, no qual a necessidade vai muito além da transmissão de conteúdos para o aluno. Trata-se de abarcar o desenvolvimento do potencial criativo que pode manifestar-se em todos os aspectos da vida.

Há um desafio imenso que se traduz em pequenos gestos, no cotidiano da vida escolar, que deve ser enfrentado e visto como prioridade para formação de agentes transformadores da sociedade. A busca do desenvolvimento da consciência crítica, da participação cidadã, de uma postura ativa nos acontecimentos sociais, a transformação do conhecimento em prática, a capacidade de adaptar ações podem desenvolver competências no aluno permitindo que este se torne capaz de aprender a pensar por si, a criar suas próprias respostas e refletir sobre a realidade que o cerca. Isso pressupõe que ele tenha condições de resolver problemas ou de enfrentar situações novas, saber utilizar conhecimentos ou habilidades em contextos distintos.

É o saber transpor, ou seja, o indivíduo tem a capacidade de aprender e de se adaptar, em um novo ambiente, utilizando-se de conhecimentos ou habilidades que adquiriu e executou em situações diversas anteriores, sem se limitar a repetição. Como já foi dito anteriormente, a escola, em sua prática cotidiana, é uma instituição eminentemente reprodutora. Ela reproduz o conhecimento disponível, para que a criança e o jovem tenham instrumentos para enfrentar o mundo. Mas, ao mesmo tempo, a exemplo da família, reproduz as relações de autoridade e seleção presentes em nossa sociedade. Educar é, antes de tudo mais, organizar a experiência dos indivíduos na vida cotidiana, desenvolver-lhes a personalidade e garantir-lhes a sobrevivência. As ações empreendidas com a finalidade de educar estão diretamente relacionadas às normas sociais vigentes e aos valores compartilhados pelos indivíduos, no contexto de determinada cultura e tempo histórico.

Se as regras do mundo social já estão prontas quando nascemos, a vida que vivemos na relação com os outros nos convida a mudá-las. A sociologia é uma ciência que surge e se desenvolve com o advento do capitalismo. Por causa desta marca de nascimento, a reflexão sociológica, que aparece na sistematização intelectual de seus fundadores mais importantes como Émile Durkheim, Karl Marx ou Max Weber, tem como ponto de partida o interesse em compreender as maravilhas e atrocidades deste mundo que se abriu com o

desenvolvimento da grande indústria moderna e da sociedade dividida em classes.

Não seria audácia acrescentar como o sentido do ensino de sociologia: mais que desvelar os chamados “problemas sociais” ou de ensinar um elenco sem fim de conceitos, o desenvolvimento da percepção sociológica é de fundamental importância. A sociologia atua contra a mentalidade individualista do homem moderno. Somente com o devido distanciamento de nossa própria sociedade e por meio de um olhar comparativo podemos perceber que nossa visão de mundo é mais uma entre tantas outras igualmente legítimas, resultantes do fato de que outros homens, de distintos lugares e tempos, organizam-se e vivem de maneiras diferentes da nossa. Tanto quanto essa percepção nos permite, num duplo movimento, compreender a realidade pela descoberta inusitada de aspectos e relações antes insuspeitas. E assim chega-se à compreensão do quanto há de dependência onde vê-se liberdade, do quanto há de diferença onde pensa-se homogeneidade e do quanto há de hierarquia quando insiste-se em ver igualdade. Talvez aí esteja a grandeza do estudo e ensino da sociologia: rasgar os véus das representações sociais e compreendê-las sob uma nova ótica, elas próprias como produtos sociais.

Na atualidade vários educadores e analistas sociais estão discursando sobre o atual divórcio entre o diploma e o emprego, ou seja, que a formação técnica (ensino médio profissionalizante) ou acadêmica (ensino superior) não significa, necessariamente, a garantia de um emprego na profissão desejada e para a qual o indivíduo se preparou. Como esse contexto é uma realidade nos países em que predomina o capital neo-liberal, onde a competitividade e a qualificação da mão de obra são constantes, perguntam-se os especialistas sobre o verdadeiro papel da escola, ou seja, qual o seu significado na sociedade e quais são suas finalidades.

Essa análise não pode prescindir de uma visão histórica, pois a escola como se conhece-se é recente, surgida na metade do século XIX e consolidada nas primeiras décadas do século XX com o advento dos sistemas públicos de ensino. Inicialmente ela serviu de reprodutora do sistema político e cultural

vigente, com o papel de transmitir conhecimentos, de alfabetizar e diplomar. Face a educadores que entenderam ser a criança e o adolescente não um adulto em miniatura, mas um ser em desenvolvimento, com características próprias, esse quadro pouco a pouco foi sendo modificado, com a introdução de espaços para discussão psicológica do ser. Entretanto, continuou a escola a ser prioritariamente lugar de ensino, de instrução intelectual, com a educação sendo confundida com o ato de ensinar o conteúdo da matéria curricular.

A corrida pela industrialização e depois pelo desenvolvimento tecnológico, trouxe à tona o ensino profissionalizante, mas o capitalismo econômico que visa o lucro empresarial não garante o emprego, procurando substituir o empregado de salário maior pelo estagiário ou empregado de início de carreira, achatando os salários, colocando assim o ensino técnico de nível médio em situação difícil. Para agravar essa situação, os pais continuam a sonhar com o diploma universitário de seus filhos, como se esse canudo de papel fosse o objetivo supremo da vida e garantisse uma boa existência, o que não é verdade. Tudo fazem para garantir a carreira universitária de seus filhos, e deixam de lado o que é mais importante: garantir a formação moral de seus filhos. Ainda a partir da análise histórica, a escola dos últimos tempos separou o ensino da realidade de vida dos alunos. O professor é um profissional do ensino atrelado à cartilha e ao livro didático, ao currículo e o livro de chamada, às provas e os trabalhos de recorte e colagem, com dificuldade para alcançar o significado e, conseqüentemente, a prática da formação da cidadania, como deseja e necessita hoje a política educacional.

É claro que nessa análise a partir da história da escola, temos os que fogem a essa regra geral, os que mudam os paradigmas, os que não apenas lutam mas realizam, provocando mudanças no cenário do ensino que se pratica na escola, seja ela pública ou particular.

E então pode-se perguntar: qual o papel da escola na vida humana? Será transmitir conhecimento? Sim, essa é uma das finalidades da escola. Mas como deve ser transmitido esse conhecimento? A melhor resposta é aquela que aponta o caminho do dinamismo, da criatividade, da exploração das potencialidades do

educando, levando em consideração a própria existência do indivíduo e da comunidade na qual ele está inserido.

Ao encontrar uma primeira finalidade deve-se sair à procura de uma segunda finalidade, e de uma terceira, talvez mesmo de uma quarta e quinta. E não pode-se deixar de apontar a formação do caráter, sob pena de descaracterizar a educação, pois a escola não pode estar desvinculada dos preceitos maiores da educação.

O que é compreender os valores em que se fundamenta a sociedade? Qual o significado de formar atitudes e valores? Como interpretar o trabalho de fortalecer os laços de solidariedade humana? Certamente não está-se falando de aulas em que serão trabalhados conceitos abstratos para serem decorados e exibidos numa prova, mas sim de educação plena do indivíduo, educação profunda para o melhor exercício do viver, fazendo com que ele estude, reflita e pratique sobre valores humanos, sobre ética do comportamento, ou seja, estamos falando em formar e não apenas instruir. Eis aqui o verdadeiro papel da escola.

As ciências sociais na escola atuam como forte auxílio na formação do educando, trazendo a vida para dentro da sala de aula, trabalhando a sensibilidade e os valores humanos, desenvolvendo a formação moral para termos no terceiro milênio um novo homem no mundo.

Que as práticas do processo ensino-aprendizagem necessitam serem repensadas, não padece dúvida. Que a formação dos profissionais da educação necessita de reformulação, também não se questiona. Que a escola necessita vincular-se à vida humana, também não se contesta. Mas, acima de tudo isso, é preciso colocar a escola sob a regência da sociologia da educação, essa sociologia que compreende o homem como ser integral e a vida como exercício ético consciente da cidadania.

Então os diplomas serão substituídos pela avaliação qualitativa do progresso do indivíduo, e o emprego será o trabalho que melhor corresponda às potencialidades desse ser humano, sem capitalismo selvagem e sem instrução "decoreba" e inútil.

Conclusão

Este estudo teve a intenção de ressaltar a importância do ensino das ciências sociais na educação de nível médio, mais especificamente, como essa ciência pode contribuir para a formação de cidadãos. Para tanto, se tornou necessário uma análise do papel da escola hoje e ontem, e conseqüentemente, a importância da família, além dos objetivos e limitações da sociologia como disciplina transversal dos parâmetros curriculares nacionais, que nos leva a concluir, finalmente, que as mudanças ocorridas na sociedade e na escola não tem sido suficientes para a construção de um novo modelo de educação que possa proporcionar ao povo a oportunidade de construção de uma nova história.

A questão da aprendizagem sempre foi crucial ao homem. Dela dependeu sua sobrevivência. Através do conhecimento o homem pode encontrar meios para melhorar a sua qualidade de vida e isso vai depender de como foram as aprendizagens que realizou ao longo de sua vida. A preocupação é que a educação hoje deve buscar a formação humana situada não só na dimensão da sobrevivência, mas transcendendo numa outra dimensão onde se persegue muito mais os valores éticos, reflexivos e críticos do que um currículo conteudista.

Como pôde-se ver ao longo desse estudo são muitas as competências que a sociologia oferece na formação de agentes transformadores da sociedade: ajudar o indivíduo a compreender a realidade econômica, política e social que está inserido; construir elementos de análises que possibilitem a leitura crítica das situações da vida cotidiana; questionar as idéias produzidas e reproduzidas por determinadas Instituições Sociais, desenvolver uma postura consciente que permita perceber-se como parte integrante do espaço que estuda repensando por

inteiro sua dimensão humana e social, através do senso crítico, da consciência de si e do outro, da solidariedade, da cultura da paz, visando ao resgate e à construção da cidadania plena, enfim, essas são apenas algumas habilidades que podem ser desenvolvidas nos indivíduos pela sociologia. Mas para tanto, o processo educativo não pode se contentar em ser apenas “conteudista” e deve ser estruturado e organizado como uma alternativa válida e capaz de possibilitar nos educandos condições para identificar, incorporar e vivenciar, por meio de ações concretas, os valores que lhes permitirão encontrar-se consigo mesmos e com os outros.

É preciso destacar que isso só será possível se houver vontade política para transformar a educação na primeira prioridade do país. Este é, na verdade, o principal desafio porque, embora ele, por si mesmo, não garanta a solução dos demais, é a partir dele que os demais podem ser enfrentados; e, inversamente, sem que ele seja equacionado, os outros nunca poderão ser resolvidos. Com efeito é a partir daí que fica claro que a questão não é aonde a educação chegou, mas aonde ela pode levar toda uma nação, se tiver em mente a formação da personalidade do educando, não somente no aspecto intelectual, mas também nos aspectos moral e afetivo. Por isso não se concebe uma educação sem sociologia, porque pensar está intrínseco à razão do nosso viver.

Referências bibliográficas

Bertolt, Brecht. Bertold Brecht - Seleção de Poesias. Editora: Dinossauro, 2003.

Carvalho, Lejeune Mato Grosso (Org.) . Sociologia e Ensino em Debate. Editora da Universidade Unijuí, RS, 2004.

Carvalho, Maria do Carmo Brant de. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC, 1995

Chauí, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, 2001.

Costa, Cristina. Sociologia - introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna, 1997.

Ferreira, Luiz Gonzaga Rebouças. Redação Científica. Editora UFC, 2004.

Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina da Andrade. Sociologia Geral. Editora Atlas, 1999.

Manacorda, Mario Alighiero. História da educação – da Antiguidade aos nossos dias. Editora Cortez, 1996.

Martins, Carlos Benedito. O que é Sociologia? Editora Brasiliense, 1994.

Minayo C. O desafio do Conhecimento - Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1993.

Ministério da Educação e Cultura (MEC) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1997

Oliveira, Pêrsio Santos. Introdução à Sociologia. Editora Ática, 2001.

Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, volume 4. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

Perrenoud, Philippe. As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Artmed Editora, 2002.

Piletti, Nelson e Piletti, Claudino. História e Vida Integrada. Editora Ática, 2002.

Tomazi, Dacio Nelson. Sociologia da Educação. Atual Editora, 1997.

Zorzal e Silva, Marta. Artigo publicado em 11 de dezembro de 2000, em Gazeta Mercantil, sem referências.